HEMATOLOGICA - CLINICA DE HEMATOLOGIA S/A

C.N.P.J.: 00.410.960/0001-20

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	6.228	5.536
Contas a receber de clientes	14.627	12.115
Estoques	1.944	832
Impostos a recuperar	2.951	3.285
Outros ativos	26	173
Total do ativo circulante	**25.776**	**21.941**
NÃO CIRCULANTE		
Títulos e valores mobiliários, e outros ativos financeiros	353	45
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.218	639
Imobilizado	3.848	4.630
Intangível	1.062	976
Direito de Uso e Ativos Arrendados	631	-
Outros ativos	888	958
Total do ativo não circulante	**8.000**	**7.248**
TOTAL DO ATIVO	**33.776**	**29.189**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		
Fornecedores	16.678	10.093
Obrigações sociais	1.127	822
Obrigações tributárias	3.727	5.928
Empréstimos e financiamentos	512	468
Passivos Arrendados	307	481
Outros passivos	682	671
Total do passivo circulante	**23.033**	**18.463**
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	468	1.018
Débitos com partes relacionadas	2.487	1.975
Adiantamentos para futuro aumento de capital	45	45
Passivos Arrendados	692	974
Total do passivo não circulante	**3.692**	**4.012**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.582	3.582
Reserva de lucros	2.715	2.704
Reserva legal	754	428
Total do Patrimônio Líquido	**7.051**	**6.714**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**33.776**	**29.189**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 - (Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros			
	Subscrito	A integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**7.988**	**(406)**	**178**	**1.462**	**-**	**9.222**
Resultado do exercício	-	-	-	-	4.992	4.992
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.000)	(2.500)	(3.500)
Constituição de reserva	-	-	-	2.242	(2.242)	-
Constituição reserva legal	-	-	250	-	(250)	-
Redução de capital	(4.000)	-	-	-	-	(4.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**3.988**	**(406)**	**428**	**2.704**	**-**	**6.714**
Resultado do exercício	-	-	-	-	6.538	6.538
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.501)	(2.700)	(6.201)
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	3.512	(3.512)	-
Constituição reserva legal	-	-	326	-	(326)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**3.988**	**(406)**	**754**	**2.715**	**-**	**7.051**

Demonstrações do Resultado para o Exercício findo Em 31 de dezembro de 2021 - (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA	**88.754**	**75.185**
Custo dos serviços prestados	(65.475)	(55.275)
LUCRO BRUTO	**23.279**	**19.910**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(12.559)	(12.426)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(665)	(130)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**10.055**	**7.354**
Receitas financeiras	333	117
Despesas financeiras	(2.531)	(277)
RESULTADO FINANCEIRO	**(2.198)**	**(160)**
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**7.857**	**7.194**
Correntes	(1.899)	(2.841)
Diferidos	580	639
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**6.538**	**4.992**

Demonstrações do Resultado Abrangente para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 - (Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	6.538	4.992
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	6.538	4.992

Demonstrações do Fluxo de Caixa para o Exercício findo Em 31 de Dezembro de 2021 - (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	6.538	4.992
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2.210	1.766
Juros com arrendamento mercantil	80	-
Provisões para perda de liquidação duvidosa e glosas	1.323	3.313
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	90
Baixa de ativo imobilizado	3	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.160)	(639)
	8.994	53.718
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(3.835)	(2.199)
Estoques	(1.112)	170
Impostos a recuperar	914	(4.719)
Outros ativos	(1.571)	(14)
Fornecedores	6.585	2.166
Salários e encargos	305	(49)
Obrigações tributárias	(1.583)	5.868
Outros passivos	10	2
Caixa gerado pelas operações	8.707	54.943
Imposto de renda e contribuição social pagos	(618)	(789)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	8.089	54.154
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(356)	(530)
Passivos arrendados	(364)	-
Baixa de ativo imobilizado	-	2
Aplicação financeira em títulos e valores mobiliários, e outros ativos	(309)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.029)	(528)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos e financiamento	(507)	(593)
Arrendamento mercantil	-	(494)
Dividendos pagos	(6.374)	(3.500)
Redução de capital	-	(4.000)
Mútuo com partes relacionadas	513	(518)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(6.368)	(9.105)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	692	44.521
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.536	5.211
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.228	5.536
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	692	325

Notas Explicativas da Administração `as Demonstrações Financeiras do Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2021

INFORMAÇÕES GERAIS: Hematológica Clínica de Hematologia S/A ("Hematológica"), localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, atua na prestação de serviços médicos, seja em local próprio ou de terceiros, nas especialidades de oncologia, hematologia, imunoterapia, cirurgias ambulatoriais e diagnósticos de doenças hematológicas. Pandemia de Covid 19 Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID19) como uma pandemia. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas e volatilidade no cenário mundial, inclusive no Brasil. A Companhia tomou algumas medidas estratégicas para fazer frente aos efeitos da pandemia, como por exemplo o reforço da posição de caixa, adoção de plataforma de telemedicina para atendimentos, além do reforço dos estoques de materiais e medicamentos para tratamento dos pacientes de COVID19. A Companhia avaliou, e permanece monitorando, todos os possíveis impactos da pandemia nas estimativas e perdas de valor justo e impairment de seus ativos, bem como os riscos relacionados aos seus investimentos, crédito, juros, câmbio, preço de ações, cotas de fundos de investimento e arrendamentos, todos descritos em suas respectivas notas explicativas.

RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações. **2.1. Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo do CPC 10 (R1), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques ou valor em uso no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos e utilize certas estimativas e premissas contábeis críticas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. A Administração da Companhia também aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na gestão do negócio. Continuidade operacional - A administração têm, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.2. Consolidação -** A Companhia não apresentou as demonstrações financeiras consolidadas em virtude da sua acionista controladora ter disponibilizado ao público as suas demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36. Nas demonstrações financeiras da sociedade controladora, as informações financeiras das sociedades controladas e das coligadas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.**2.3. Moeda funcional -** Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e também a moeda de apresentação pela Companhia. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com liquidez em até três meses contadas da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **2.5. Instrumentos financeiros -** Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros, que determina a classificação dos ativos em três categorias: i) mensurados a valor justo por meio de resultado, ii) mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e iii) mensurado ao custo amortizado. Estas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Ativo financeiro: Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Reconhecimento e mensuração: Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são registrados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos e passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando existentes, são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. "*Impairment*" de ativos financeiros: A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por "impairment" são reconhecidas somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por "impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.6. Contas a receber de clientes -** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise das perdas de crédito esperadas estimadas, usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos menos a glosa e a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"), considerando o conceito de perdas esperadas. **2.7. Estoques -** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde aos valores os quais a Companhia estima receber em contrapartida pela transação de venda dos estoques. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição. **2.8. Imobilizado -** (i) Reconhecimento e mensuração:Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Todos os gastos necessários para a imobilização são registrados como custo das imobilizações, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros, associados com os gastos, serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" no resultado. (ii) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada é revisada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.A vida útil estimada é revisada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a vida útil está assim demonstrada: 10 anos (ou 10% a.a.) para "Máquinas e equipamentos", "Instalações Móveis e utensílios" e "benfeitorias em imóveis de terceiros"; e 20 anos (ou 20% a.a.) para "Computadores e periféricos". **2.9. Ativos intangíveis -** Ativos intangíveis com vida útil definida: São reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Posteriormente, avaliados com vida útil definida, são contabilizados pelo seu valor de custo menos amortização acumulada. São amortizados com base no método linear, e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **2.10. Arrendamento Mercantil -** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação. O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. **2.11. Fornecedores -** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal, que se aproxima do valor justo na data da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos. **2.12. Imposto de renda e contribuição social - Tributos correntes:** A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Tributos diferidos:** Impostos diferidos passivos são os valores de imposto sobre a renda a pagar em períodos futuros, em relação às diferenças tributáveis temporárias. Impostos diferidos ativos são os valores recuperáveis em períodos futuros decorrentes de diferenças tributárias dedutíveis, ao diferimento de prejuízos fiscais não utilizados e ao diferimento de créditos fiscais não utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado ou reconhecidos na extensão em que seja identificado prováveis lucros tributados ou não para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma: Imposto de renda pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R$ 240; Contribuição social sobre o lucro líquido à alíquota de 9%: A administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com relação a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. **2.13. Reconhecimento de receitas -** (i) Serviços: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia quando possa ser mensurada de forma confiável e com base na medição dos serviços prestados. A receita dos serviços médicos prestados é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é verificado conforme avaliação dos médicos em relação aos tratamentos médicos de cada paciente. A receita líquida é mensurada com base no valor nominal que se aproxima ao valor justo da contraprestação a ser recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios estabelecidos na norma para determinar que atua como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia administra e controla os produtos e serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. (ii) Receitas financeiras: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de juros efetivo. **2.14. Distribuição de dividendos -** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.15. Outros ativos e passivos -** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente de transferir um recurso econômico como resultado de evento passado. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.16. Partes relacionadas -** As transações entre partes relacionadas são compostas por contas a receber de sócios, dividendos a receber, mútuos a receber e a pagar com sociedades coligadas e adiantamentos para futuro aumento de capital em sociedades controladas. **3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS:** As estimativas e os julgamentos contábeis são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: (a) Reconhecimento da receita: A receita dos serviços médicos prestados é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data das demonstrações financeiras. No caso dos convênios, a Companhia aplica a tabela contratual de preços. De forma geral, as notas fiscais são emitidas quando o convênio aprova a remessa de procedimentos enviada previamente para análise. Os valores dos serviços prestados para os quais o faturamento ainda não foi autorizado são reconhecidos como "Receitas a faturar". (b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa: A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na nota explicativa n°5. Em caso de crédito contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica declarada concordatária, esses deverão ser provisionados integralmente pelo valor do crédito deduzido por eventuais garantias reais oferecidas pelo devedor. A caracterização da glosa ocorre no momento do recebimento dos créditos. Uma vez identificada a glosa, esta é analisada e caso indevida, é protocolado um recurso junto a operadora de saúde para o recebimento do crédito. O prazo para recebimentos dos recursos varia de acordo com a operadora, mas inicia-se a partir do momento em que o recurso é protocolado. Devido à natureza da glosa, o critério para o provisionamento dessa, segue as regras definidas pela política interna da Companhia, considerando as perdas históricas e esperadas. (c) Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros

Diretoria
Diretor administrativo - Luis Roberto Natel de Almeida
Diretora geral - Erika Corrêa Vrandecic

Contador
Bráulio Rios Sá - CRC 117577/O-2

Este documento foi assinado digitalmente por Ruy Adriano Borges Muniz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2639-6881-2C25-04C7.

Este documento foi assinado digitalmente por Ruy Adriano Borges Muniz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2639-6881-2C25-04C7.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2639-6881-2C25-04C7 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2639-6881-2C25-04C7

Hash do Documento

kLHTRRZZS3Q+BYIzf77Ma7expUc37CAv5gsHf46cQvA=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2022 é(são) :

☑ Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53
em 30/03/2022 21:41 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87